

TERMO DE REFERÊNCIA DO CHALÉ DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

1- Licitação para permissão de uso oneroso do chalé 02 , localizado no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório s/nº, observando-se a seguir os principais itens.

1.2 – O chalé 02 destinar-se-á para o ramo de Comércio sorvete, souvenir, salgados, doces e bebidas em geral.

1.3 - O valor mensal mínimo da permissão para o chalé 02, será de R\$ 218,54(Duzentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) e será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do contrato, pelos índices vigentes de variação da (URM) Unidade de Referencia Municipal. .

1.4 - O prazo de locação será de (05) anos a contar da assinatura do contrato tendo em vista que as benfeitorias que julgar necessárias a ser executada serão de inteira responsabilidade do vencedor do presente processo licitatório, seu custo não será abatido no valor das prestações mensais;

1.5 - O valor mensal da permissão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda - SMF;

1.6 – Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;

1.7 – Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, condomínio de energia elétrica encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;

1.8 - A área do chalé 02 é de 8,92m2 não será permitido alterar as características arquitetônicas das dependências, bem como a colocação de produtos fora da área mencionada constituindo-se motivo para a imediata rescisão;

1.9 - A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço; as propostas com valor inferior ao estabelecido no edital serão desconsideradas;

1.10 - Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica, e que tem pleno conhecimento do Decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que



José Leomar Soares
Secretário
de Município
de Desenvolvimento Primário

regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

1.11 - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;

1.12 - O prazo de pagamento da permissão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

1.13 - Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência da presente permissão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do contrato;

1.14 - Quaisquer benfeitorias que julgar necessário deverá ser de conformidade com o PLANO DE RESTAURO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, com a devida autorização pela concedente e fiscalizada com projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP. Os custos das benfeitorias realizadas não serão abatidos no valor das prestações mensais das locações;

1.15 - As benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;


1.16 - Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de cinco anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

1.17 - A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização:

1.18 - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;

1.19 - Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária 10% do valor da permissão pelo lapso de tempo devidamente comprovado pelo não funcionamento da atividade;

1.20 - O não cumprimento reiterado de cláusulas contratuais constituirá motivo para a plena rescisão do contrato;



José Leomar Soares
Secretário
Secretaria de Município
Desenvolvimento Primário

1.21 – Declaração expressa que concorda em efetuar todas as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária

122 – o atestado de visita deverá ser agendado junto a Secretária de Município em até (02) dois dias uteis antes da abertura das propostas;

1.23 – Será permitida a participação de permissionários do Mercado Público Municipal, desde que, em caso de vitória, se desfaça da permissão anterior;

1.24 – Serão vedados às participações de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

1.25 – Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências do Edital.

1.26 – Não serão permitidas a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada ou colocação mesas e cadeiras no passeio público (calçada);

1.27 – O vencedor do processo licitatório terá 05 (cinco) dias uteis a contar da data da homologação do processo para comprovar a solicitação de alteração de endereço ou a criação de filial na JUCEGRS – Junta Comercial do Rio Grande do Sul o descumprimento deste requisito impedirá da Assinatura do Termo de Contrato de Permissão de Uso Oneroso com o Município



José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário